

Camdessus estima que capital do FMI precisa ser ampliado em 58%

por Maria Clara R.M. do Prado
de Washington

A ampliação das quotas dos países-membros será o tema dominante desta 44ª reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI), que começa amanhã em Washington. Apesar da resistência dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da Arábia Saudita, o gerente-geral do FMI, Michel Camdessus, deixou claro ontem que alimenta a expectativa no sentido de que o assunto esteja decidido antes do final do ano.

"As decisões dos governadores do FMI são todas tomadas por consenso e leva tempo para se chegar a isto, mas é preciso notar que o FMI é a instituição central do sistema financeiro e precisa inspirar confiança em seus membros", disse pela manhã Camdessus, em entrevista à imprensa, na sede do FMI. A proposta do aumento de capital será levada pelo comitê executivo à assembleia geral, que se realizará entre os dias 25 e 28, após as reuniões dos comitês interno e de desenvolvimento.



Michel Camdessus

O capital do FMI hoje é de 90 bilhões de DES (Direito Especial de Saque). Pela cotação de ontem — (cada DES valia US\$ 1,25) —, o valor do capital corresponde a US\$ 113 bilhões, e para mantê-lo ao nível real de 1983 — quando foi aprovada a última revisão de quotas entre os países-membros — Camdessus estima que teria de ser ampliado agora em 58%, só para equilibrá-lo em sintonia com o crescimento econômico mundial ocorrido nos últimos cinco anos.

O gerente-geral do FMI

atesta que 19 dos países-membros que têm poder de voto, representando 70% do total, estariam prontos a aprovar um incremento de 66% nas quotas. Camdessus, particularmente, defende que o capital da instituição seja dobrado, mas sabe que a questão esbarra basicamente nas posições dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. O poder de voto norte-americano é expressivo, o maior de todos, e equivale a 19% do total, enquanto o peso dos britânicos vem em segundo lugar, com participação de cerca de 7% dos votos.

NOVA REALIDADE

O FMI tem recorrido a fontes oficiais de financiamento para complementar suas necessidades adicionais de capital, defasada com relação ao movimento da economia em geral. Mas, além disso, o "board" da instituição coloca outros tipos de pressão para justificar a necessidade de ampliação das quotas: a nova realidade dos países da Europa Oriental, cujo processo de abertura econômica está demandando apoio do FMI, principalmente nos casos da Polônia e da Hun-

gría; a política de abertura do comércio discutida no âmbito do GATT (o Acordo Geral de Tarifas e Comércio), que tende a provocar problemas de balanço de pagamentos a curto prazo e, ainda, os termos do Plano Brady, de redução da dívida externa dos países em desenvolvimento, que prevê o apoio de organismos financeiros internacionais, como o FMI.

As reservas do FMI hoje envolvem cerca de 40 bilhões de DES; isto representa a liquidez da instituição para empréstimos a países-membros em dificuldades cambiais e o aumento de capital vem reforçar a disponibilidade de recursos e, conforme coloca Camdessus, "o caráter monetário da instituição".

Esta seria a nova revisão de quotas, desde que o FMI foi criado, pelo Acordo de Bretton Woods, em 1945. As duas últimas foram decididas em conjunturas financeiras desfavoráveis, no rastro da crise do petróleo, e da crise do endividamento, deflagrada pelo México. "Eu não sei quais são as crises agora, mas temos de estar preparados", afirma Camdessus.